

Reflexões sobre o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental: uma abordagem crítica.¹

Jeffersom A. de Lima Vieira²
Paula Cristina Brasil Estevão³

Introdução

“Não basta saber, é preciso também aplicar;
não basta querer, é preciso também agir.”
Goethe

Nas escolas o que se percebe é a grande dificuldade de ensinar a geografia devido a vários fatores, tais como a utilização do livro didático como verdade absoluta, livros que muitas vezes estão descontextualizados da vivência dos alunos, com uma grande incoerência teórica e metodológica de concepções de ensino e aprendizagem, além de vários outros fatores. Buscamos analisar as concepções teóricas de Geografia, avaliando a aplicação de conceitos da própria ciência e concepções de aprendizagem no material didático no intuito de saber de que forma estes materiais expõem determinadas questões e como superá-las.

Analisaremos, ainda, a compreensão da Geografia em diferentes currículos nas cidades do entorno da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro – RJ, Niterói – RJ e São Gonçalo – RJ e o que estas concepções têm em comum com os Parâmetros Curriculares Nacionais, História e Geografia no Ensino Fundamental⁴ e a sua crítica elaborada por Moraes (2000) e sobre o verdadeiro processo de ensino - aprendizagem e prática geográfica, e a perspectiva de superar o modelo clássico de ensino através da construção de conceitos e o ensinar a pensar o espaço na elaboração de conceito que façam com que os alunos possam utilizá-los em suas vidas, rompendo com a idéia de que conceitos escolares servem somente à escola e não para a vida social dos alunos.

Enquanto graduandos do curso de licenciatura em geografia manifestamos a nossa preocupação com o assunto, já que em breve seremos professores e teremos que lidar com esta problemática a todo o tempo no cotidiano escolar na perspectiva de repensar e recriar a prática docente, a fim de melhor ensinar e melhor aprender com os nossos alunos.

¹ Trabalho feito inicialmente na Disciplina Metodologia do Ensino de Geografia, sob a orientação do Prof.Dr. Marcos Couto, do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Faculdade de Formação de professores (UERJ-FFP).

² Graduando no curso de Licenciatura Plena em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Membro da Linha de Estudos Metropolitanos (LEME) e do Grupo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (UERJ / FFP / DGEO), coordenado pela Dr^a. Catia Antonia da Silva.

³ Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).

⁴ Didaticamente, eles correspondem a um conjunto de conhecimentos (conceituais) e habilidades (procedimentais) que compõem um objeto de aprendizagem (PCN's, 1998).

Formação da Ciência geográfica – Uma Abordagem Clássica

Ao longo da história a Geografia foi conceituada como uma ciência de “síntese”, com a vertente descritiva muito presente em seus estudos sobre o espaço. Segundo Pierre George (1975), “a Geografia aparece como uma ciência do espaço” (p.16).

Considerando-a uma ciência humana, uma vez que estuda as coletividades no espaço terrestre, o autor também a considera enquanto uma ciência de síntese, enquanto outras ciências executam a análise sobre assuntos determinados. A Geografia, segundo George, considera a totalidade enquanto reunião e relacionamento todas as informações a fim de proporcionar uma visão global, “partindo da análise de todas as peças e de todos os processos que constituem este espaço e seu dinamismo” (p.16), ou seja, partindo do estudo das partes para constituir o todo geográfico.

Devido a essa visão tão ampla e fragmentada do espaço, todos os eventos na superfície terrestre acabam pertencendo ao âmbito da Geografia, recorrendo, porém, muitas vezes ao auxílio de “ciências auxiliares”⁵ para que haja uma maior compreensão do espaço e da dinâmica contida nele.

Ao geógrafo cabe a ”competência que lhe torne inteligíveis, simultaneamente, processos geológicos, climatológicos, hidrológicos, biológicos” (p.16-17), sem, no entanto, se prender a uma delas, pois deixaria de “responder à sua própria definição, que é ser homem de síntese” (p.14). Cabe ao geógrafo compreender o espaço a fim de dar a sua contribuição à melhoria das condições das coletividades humanas.

A principal função social da Geografia, em uma perspectiva clássica, seria a de denunciar as contradições do sistema produção capitalista e tomar decisões que garantam sua eficácia para as coletividades humanas.

O método geográfico, neste contexto mais clássico, consiste em definir e delimitar regiões, territórios, meios de vida, o espaço e o espaço terrestre, até mesmo em fazer um balanço entre associações inter-regionais por meio da comparação e da descrição, recorrendo a diversas áreas do conhecimento, “tratando cada uma, de um ou vários fatores e de certos tipos de relações, para chegar à síntese da explicação geral”. Como se estuda as coletividades humanas deve-se considerar os fatores históricos que influenciam as relações e o meio, isto é, a situação⁶, essa se faz através de um processo de descrição.

Partindo deste preceito de ciência de síntese, o estudo geográfico consistiu em considerar uma parcela do espaço enquanto concretude, isto é, definido e delimitado em uma região, a fim de pesquisar todas as formas de relações e de combinações existentes entre diversos elementos até alcançar a síntese, que seria a totalidade do espaço, ou seja, o ponto de chegada do estudo geográfico.

Críticas ao modelo clássico de Geografia

Aqui iremos abordar a concepção de Geografia e de sua prática através de duas obras clássicas que, no entanto, se situam no campo da crítica da geografia *pierregeorgiana*: Yves LACOSTE (1988), em seu livro “A Geografia – Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra”, e Ruy MOREIRA (1987) com o seu livro ”O discurso do Avesso (Para a crítica da Geografia que se ensina)”. Posteriormente

⁵ O termo, utilizado por P.George, refere – se a posição de dominância sobre as demais ciência no âmbito geral da sociedade.

⁶ Uma situação define-se a partir de um conjunto de ações que se contrariam, ou se reforçam, providas das ações, homem e o meio.

apontaremos como estas abordagens permitem evidenciar as concepções de Geografia dos manuais didáticos.

Visão de Yves Lacoste ao modelo clássico de geografia

A Geografia, segundo LACOSTE, trata-se de uma ciência dotada de conhecimentos estratégicos para as práticas políticas e militares e de poder sobre o espaço, existem outras possibilidades de uso dos conhecimentos geográficos.

O estudo Geográfico é um saber que também diz respeito a todos os cidadãos, pois, “saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para nele ali combater” (p.189), principalmente no que se trata das diferenciações sociais estabelecidas, como suporte do aparelho do Estado para o controle e organização da sociedade e dos territórios; possui função ideológica; serve para representar o espaço através de cartas e do raciocínio metodológico.

Essa ciência é um saber eminentemente político, pois além de favorecer ações militares e de Estado, serve também para práticas militantes, à medida que coloca os seus conhecimentos à disposição da sociedade de maneira que esta possa refletir e agir sobre o espaço em que vivem, transformando-o naquele em que gostariam de viver.

Lacoste considera que existe outra dicotomia na geografia além da Geografia Física e Geografia Humana, a dicotomia entre a Geografia dos Estados-Maiores, consistindo em “um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço” (p.31), possibilitando que a minoria dirigente o utilize como instrumento de controle e poder. O Estudo Geográfico neste momento serve para organizar e controlar o território, e a Geografia dos Professores, tida como “discurso pedagógico de tipo enciclopédico” (p.32) desprovida de reflexão no que diz respeito às práticas sociais e espaciais tornando a geografia uma disciplina inútil, omite a sua importância política sobre tudo aquilo que se refere ao espaço.

As práticas espaciais consistiriam nos deslocamentos dos indivíduos numa configuração espacial. Diferente das populações de antigamente que, ao realizarem suas atividades cotidianas acabavam por percorrer o seu território e conseqüentemente o conhecia, atualmente devido às distâncias bem mais consideráveis, e ao elevado grau de técnica aplicada ao trabalho, os deslocamentos das massas de trabalhadores e consumidores, não há mais que o conhecimento de dois lugares: o bairro onde se mora e o outro onde se trabalha, comprometendo a compreensão da complexidade da configuração espacial no quais esses indivíduos atuam.

Visão de Ruy Moreira sobre o modelo clássico de geografia

Principalmente na primeira metade do século XX, no momento em que o determinismo geográfico associado às expedições colonialistas onde ganhou maior espaço entre os estudos geográficos, destacam-se os seguintes autores: o alemão Ratzel e o francês La Blache.

A conceituação predominante em ambos os métodos de análise era a paisagem, entendida ora como paisagem natural, ou seja, sem a intervenção do homem, ora como paisagem humanizada, apropriada e recriada pelo homem.

MOREIRA (1987) aponta que a geografia foi “sendo o estudo descritivo da paisagem, o estudo da relação homem-meio e o estudo da organização do espaço pelo homem” (p.13). O ponto em comum entre essas três conceituações é “como se dão as relações do homem com o meio” (p.15).

Porém, esta relação não se estabelece, uma vez que a natureza engloba o “todo”, o mundo natural, exceto o homem, este só interagindo com a natureza, processo mediado pelo trabalho, “quando ele passa a agir sob a natureza visando transformá-la em sobrevivência” (p.18).

Nesse contexto do homem é compreendido como um ser biológico, portanto integrante da natureza, a Geografia consolidaria a dissociação, tanto que na Geografia Física o homem não estaria incluído. Passaria a ser então uma categoria apenas da Geografia humana, o qual transita entre outras categorias como trabalho, população e Estado. E na concepção de “homem atópico” (p.15) não constituinte da natureza, o indivíduo é reduzido a números e a estatísticas. Enquanto que a natureza é concebida como um sistema formado por “uma interminável reunião de suas partes (camadas rochosas, relevo, clima, vegetação, etc.)” (p.17) também por sua utilidade, servindo como recurso e combustível para as necessidades humanas.

O discurso fragmentado da Geografia deve-se a concepção de que para compreender o mundo (enquanto totalidade) é necessário o estudo através da soma de suas partes (síntese). Como praticamente tudo na superfície terrestre diria respeito à Geografia, a síntese seria a reunião de partes e de coisas-partes que se interligam, mas mantêm-se como “entes” individuais (o estudo de relação não antecede ao acontecimento de cada parte). A própria dicotomia Geografia Física e Humana já impõem uma fragmentação da disciplina, o que tem que ser discutido é a formação da ciência que não exclua a intervenção do homem nos processos naturais e para este fim utilizamos os apontamentos de KAERCHER⁷:

“O cerne desta ciência, contraditoriamente à própria gênese da palavra, não é, no nosso ponto de vista, nem a Terra (= geo) nem tão pouco a descrição (= grafia), mas sim o espaço geográfico entendido como aquele espaço fruto do trabalho humano na necessária e perpétua luta pela dos seres humanos pela sobrevivência. Nessa luta, o homem usa, destrói/constrói/modifica a si e a natureza. O homem faz geografia à medida que se faz humano, ser social” (KAERCHER, 1998:13).

Enquanto a geografia clássica compreende o espaço a partir de um único método investigativo - a interpretação da paisagem através da descrição - o autor supracitado aponta para outra tendência de estudo que a cada dia ganha mais relevância em nossas pesquisas.

De acordo com MOREIRA (1987), a metodologia de investigação da Geografia abrange dois aspectos problemáticos: a ambiguidade discursiva, onde as categorias se confundem “o que é esta categoria ações humanas deixada na dubiedade habitual, fica mais confuso, uma vez que é ora *trabalho* e ora *atividades econômicas*”. (p.29) e fragmentação para chegar à totalidade “parte-se de um todo quebrado para um todo, retotalizado” (p.28).

Este modelo resultou na divisão e subdivisão da ciência geográfica a partir destas três categorias, tornado-a uma ciência taxionômica, meramente classificatória dos fenômenos.

A Geografia vem legitimando e reproduzindo o comportamento da sociedade, estratificada e hierarquizada em classes sociais. Esta reprodução de valores das práticas sociais acontece em diversas formas. Na primeira, o Espaço leva-os já a uma classificação de ordem dos eventos, o “próprio arranjo espacial da sala de aula é em si a

⁷ KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia a dia.

reafirmção da ordem” (p.31) e o poder coercitivo do professor sobre os alunos molda a idéia de obediência, necessária nas relações de trabalho.

A busca por estabelecer uma concepção de totalidade entre a natureza e o homem gerando a categoria economia, criou-se um modelo muito utilizado nos manuais didáticos o padrão N-H-E (Natureza, Homem, Economia). Assim, há a distinção entre fenômenos naturais, humanos e econômicos gerados a partir da exploração da natureza para possibilitar o estudo sintético na Geografia.

Vejam, a seguir, como o discurso geográfico aparece no ensino de geografia, em especial, nos livros didáticos e currículos.

Análise de Livro Didático: Aplicação dos Conceitos de Geografia e os modelos de Aprendizagem

Nesta fase do trabalho iremos demonstrar como o discurso fragmentado encontra-se aplicado no manual didático utilizado em sala de aula, e a evidência da divisão sistêmica do N-H-E no livro analisado.

O Livro Didático: “Geografia Ativa – O Espaço Mundial: Contrastes e Mudanças, volume 4 – os Países do Norte” de Beltrame Victorello, Z.(1998) publicado pela Editora Ática, São Paulo, SP, 1998. Encontra-se dividido em cinco unidades e 22 capítulos e possui 232 páginas, veja o anexo 1, Figura 1.

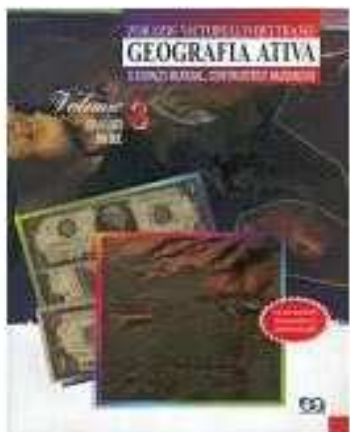
A capa apresenta a ilustração de um planisfério nitidamente dividido entre Países Desenvolvidos (ao norte) e Subdesenvolvidos (ao sul), com algumas notas de dólar, indicativo da hegemonia da moeda Norte Americana, e ainda o desenvolvimento tecnológico representado pela ilustração de cabos de fibra óptica. (Figura 1).

O livro não possui um capítulo destinado aos conceitos da Geografia, porém tais conceitos podem ser encontrados de maneira dispersa nos seguintes capítulos:

- Capítulo 4, da unidade II – Território;
- Capítulo 9, da unidade III – Paisagens Naturais (relacionada a recursos naturais);
- Capítulo 10, da unidade III – População.

Observa-se ainda que o livro apresente uma geografia sob a perspectiva quantitativa de seus assuntos, porém em alguns momentos mostre a luta de classes, conflitos étnicos e outros debates, no intuito de superação deste modelo.

Figura 01



Livro:

“Geografia Ativa – O Espaço Mundial: Contrastes e Mudanças, volume 4 – os Países do Norte”. Beltrame Victorello, Zoraide. Editora Ática, São Paulo, SP, 1998.”

Em um outro livro “Geografia – Leitura Cartográfica, Território Brasileiro: Ocupação, Formação, População.” Castelar, S. e Maestro, V. Ed. Quinteto Editorial. 6ª série, 2001. Busca-se analisar os modelos de aprendizagem, onde os objetivos propostos

pelos autores são o de proporcionar a “percepção e a compreensão das diferentes paisagens (natural e antrópica) brasileira e identificar as características que dão identidade ao Brasil, reconstruindo conceitos referentes ao território brasileiro” (p. 8).

No *Capítulo 1 – A Identidade Brasileira*. Aborda a diversidade ética, cultural, econômica e natural do território brasileiro, buscando fazer uma referência destes fatores quanto à formação da identidade nacional.

Os autores utilizam figuras das diversas regiões do Brasil, textos que abordam a especificidade dos locais os quais os alunos possam fazer uma comparação. Há ainda mapas, questões para serem respondidas no caderno, questões para debates e pesquisa onde grande parte delas estimula os alunos a pensarem sobre o espaço onde estes se relacionam, exemplo encontrado na questão três (p. 12); *“Pense no lugar onde você mora. Que características apresentadas nos textos podem ter semelhanças com esse lugar? E diferenças?”*.

O capítulo se inicia expondo os conteúdos referentes à formação da identidade nacional (étnico, cultural, econômica e natural) dos diversos lugares do Brasil de maneira abrangente. A questão da problematização (situação de conflito) do conteúdo fica a por conta das atividades propostas. A parte referente a esta temática das questões fica por conta de atividades propostas, onde os alunos são estimulados a pensarem o conteúdo estudado a partir da vivência que têm do seu espaço.

Os alunos são estimulados a pensarem o conteúdo estudado a partir da vivência que têm do seu espaço, como no exemplo da questão quatro (p. 12): *“A imagem que você faz do lugar onde mora assemelha-se às apresentadas em alguns textos? Por quê?”*.

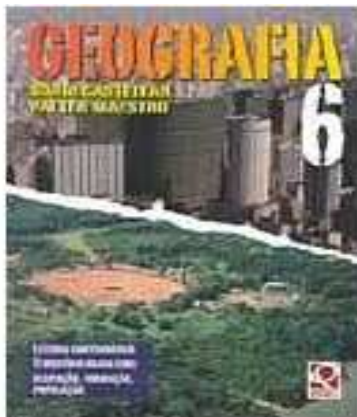
Os alunos também são levados a expressarem a suas hipóteses, com base nos textos e figuras apresentados.

O texto expõe problemas de grande significado social (que até podem ser condizentes com a realidade dos alunos), porém estes são tratados de maneira superficial, uma vez que não há explicações sobre as causas desses fenômenos na dinâmica da sociedade capitalista, o que pode ser visto na pág. 16: *“É importante perceber que o processo de extrair os elementos da natureza e utilizá-los como recursos, vendendo-os como mercadoria ainda se mantém”* (p. 16).

Podemos verificar ainda outro exemplo na página 12, onde os autores propõem a construção de uma sociedade cada vez mais justa, no qual o aluno deveria estar inteirado dos problemas sociais, sem que haja uma reflexão sobre o assunto.

Os autores propõem um estudo da diversidade para a compreensão e/ou criação de uma identidade coletiva de nação. Assim os autores introduzem o estudo das partes para depois analisar o todo, podendo cair em um abismo conceitual muito arriscado de análise das partes isoladas do todo, pois a totalidade é muito mais que a soma das partes, a dissociação das partes do todo pode levar-nos a uma simplificação do objeto de estudo e outra forma da produção do conhecimento, nem sempre a almejada pelos agentes em sala de aula.

Figura2



Livro:
“Geografia – Leitura Cartográfica,
Território Brasileiro: Ocupação,
Formação, População.” 6ª série.
Castelar, S. e Maestro, V. Ed.
Quinteto Editorial. 2001.

Currículo Escolar de Geografia do Ensino Geografia para o Ensino Fundamental

As propostas curriculares da disciplina geografia do ensino fundamental nas escolas brasileiras, segundo MORAES (2000), baseiam-se na ótica exclusivamente centrada na geografia econômica (p.170.). Raramente são considerados os temas da geografia política e da geografia cultural.

Estabelece-se a dicotomia entre a relação sociedade-espço e a relação sociedade-natureza, onde no primeiro enunciado há ênfase aos processos sociais “aqueles por meio dos quais a sociedade produz o seu espaço” e o segundo referindo à “modalidade de valorização do espaço” (p.169), devido à utilização da natureza a favor das atividades industriais (o lugar que possui mais recursos naturais é mais valorizado).

O autor aponta várias possibilidades de interdisciplinaridade tais como a relação da Geografia com a história, principalmente no que diz respeito ao estudo do território; com as ciências biológicas, tendo como foco a questão ambiental e com o ensino da língua e da literatura, tratando-se das leituras da paisagem e da questão regional tão peculiar no Brasil. Porém esta prática não é difundida no ensino de geografia (p.173).

Os modelos de organização dos conteúdos obedecem à visão concêntrica progressiva de apreensão do espaço (p.172), partindo-se do espaço mais imediato ao educando, o lugar, ampliando o prisma espacial a uma escala de fronteiras administrativas. Esta metodologia mostra-se insuficiente dada à complexidade da organização atual do mundo globalizado.

Em relação à tendência mundial que realça os temas de consciência e representação do espaço com base na experiência vivida (Geografia Humanista) estão completamente ausentes.

O autor afirma que existem grandes confusões conceituais nos currículos, esta confusão pode ser encontrada nas Propostas curriculares da Cidade de São Gonçalo ou a falta de conceitos como na Cidade de Niterói e até um excesso nas propostas encontradas na Cidade do Rio de Janeiro, podendo inviabilizar o trabalho do Geógrafo-Educador⁸. Veja a Tabela 1.

⁸ Este termo é utilizado por Vlach e Lima. p.49.Fev/2002.

	São Gonçalo	Niterói	Rio de Janeiro	PCN
Objetivo Geral	Percepção Crítica de direitos e deveres para situar o indivíduo na sociedade, preservação da natureza.		Em todas as séries, os objetivos cruzam todos os princípios educativos com todos os núcleos conceituais.	Organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza. As ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diversos espaços e tempos
Conceito de Geografia	Geografia é o conhecimento do espaço geográfico como espaço socialmente produzido através da relação com a sociedade. Estudo dos lugares	A geografia como ciência de compreensão do mundo	A geografia tem como objeto principal de estudo o espaço, e as relações que nele se estabelecem, sociais, profissionais, afetivas, políticas e culturais.	Estudo das relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza
Conceito Chave	Espaço, lugar e paisagem.	Espaço, tempo, paisagem, território, lugar, representação.	Identidade, tempo, espaço e transformação.	Paisagem local, construção do espaço, lugar, natureza e ambiente.

O autor afirma que o principal problema dos currículos de geografia “reside num desejo militante de fazer do próprio currículo instrumento de conscientização política, o que redundava em elevado grau de dirigismo ideológico na maioria das propostas analisadas” (p.163).

Esta afirmação leva-nos a uma reflexão sobre qual seria o papel do ensino, estudo e prática da geografia, para isso recorremos a outros autores que trazem à tona essa discussão.

Lima e Vlach afirmam que “A geografia escolar tem um papel ideológico.(...) essa disciplina contribui para a dominação” (p.44). Portanto é necessário torná-la em um instrumento de conscientização do papel do indivíduo na sociedade.

O debate das “práticas educativas demonstraram e demonstram lutas concretas dos educadores dessa área pela melhoria do ensino público” (Lima e Vlach p.44).

Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” traz outra contribuição para este debate, questionando o papel do ensino.

Em favor de que estudo? Em favor de Quem? Contra que Estudo? Contra quem estudo? (Freire, 1987)

O ensino de geografia assim como a própria ciência não está isento de neutralidade e por isso torna-se importante fazer sempre esta contestação sobre o papel desempenhado pelo educador em sala de aula, pois quando não mostramos a visão totalitária dos fatos estamos omitindo partes importantes da realidade. Não necessariamente estamos, “com um discurso ingênuo em defesa das classes sociais menos favorecidas, mas recupera a condição de docentes interventores, em um espaço legítimo de transformação social: a escola” (LIMA & VLACH, p.45).

“Ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1997 p.53). Devido a isso a importância de recuperar a condição de educadores interventores na construção das práticas sociais.

“Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime

opressor. Se esta descoberta não pode ser em nível intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.”(p.52).

Embasado nesses autores, reafirmamos o papel de resgate da escola como espaço de resistência, pois na sociedade brasileira o acesso à educação não é negado de forma institucional: a negação ocorre através de parte dos setores da sociedade e se faz através da qualidade do conteúdo apreendido ao longo da vida.

Novas Perspectivas para o Ensino de Geografia

Construir conceitos em Geografia, construir sujeitos socialmente ativos. O processo de construção de conceitos é possível somente através da transformação de indivíduos em sujeitos sociais ativos, processo através do qual o professor/Geógrafo-Educador mantém relações entre a escola e a sociedade, proporcionando uma visão crítica do que acontece na sociedade.

“O entendimento de que os problemas relativos ao espaço escolar estão ligados aos problemas do homem na sociedade, tentando estabelecer uma relação entre o que se ensina e o que se aprende, e reafirmando a função social da ciência” (Lima e Vlach.p.46).

Ao profissional da área de Geografia não basta ter conhecimento da teoria, mas é necessário saber como aplicar este conceito e reconstruí-lo com os alunos em sala de aula.

A estruturação destes conceitos possui grande importância, pois, a partir deles orienta-se o processo de “Alfabetização Geográfica” e o movimento seguinte, o ensinar a “Pensar em Geografia”, forma mais ampla de construção do desenvolver cognitivo dos alunos, pode torná-los mais ativos na construção de conceitos e interpretações dos acontecimentos sociais.

Aprender a pensar significa a partir dos conhecimentos adquiridos do senso-comum, produzir novos conceitos e significações desta primeira forma de apreensão dos saberes sociais. Tanto VLACH (2002), quanto CAVALCANTI (2000) apontam que ensinar é o trabalho do aluno sob a mediação do professor.

A construção de conceitos abordada por Lana Cavalcanti (2000), propõe algumas concepções básicas para esta produção de conceitos em uma concepção sócio-construtivista, encontram-se no arranjo de oito interpretações optamos aqui por pontuar as que consideramos mais importantes neste fazer.

1 - Propiciar a Atividade Mental e Física dos Alunos:

A construção desta proposta parte da consideração do aluno como um sujeito no processo escolar, e da compreensão do saber escolar como um objeto passível de ser manipulado, criado, apropriado e recriado de forma que ofereça ao aluno a maior compreensão do objeto estudado e de suas implicações na sua experiência com o espaço.

2 - Considerar a Vivência dos Alunos como dimensões do conhecimento:

Esta busca só será possível através do confronto entre saberes providos da escola e dos saberes apreendidos pelos alunos, também através da grande mídia, e

principalmente através da apreensão do mesmo com o seu espaço. Este confronto não é do tipo “destruidor”, no qual apenas um deles sai ganhando em detrimento da queda do outro; o que está sendo proposto é a construção em conjunto de conceitos, a fim de promover uma elaboração rica dos saberes em diversas escalas de apreensão e aplicação do objeto de estudo geográfico, sem a perda de nenhuma das partes envolvidas (conhecimento escolar e conhecimento do senso-comum), apenas o fortalecimento de ambas as partes do processo de produção de um novo conhecimento.

“Como sabemos, a partir de investigações do processo de formação dos conceitos, um conceito é algo mais que a soma de certas ligações associativas formadas pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um complexo e genuíno ato de pensamento, que não pode ser ensinado pelo constante repisar, antes pelo contrário, que só pode ser realizado quando o próprio desenvolvimento mental da criança tiver atingido o nível necessário”. VYGOSTKY (1987) p. 193

É necessário então que o professor/geógrafo-educador tenha a sensibilidade de trabalhar os conceitos científicos em conjunto com os saberes produzidos e repassados pelos alunos a partir de sua vivência com o lugar, saberes estes que não podem ser deixados de lado ou rebaixados enquanto conhecimentos menos importantes, ressaltando que para poder compreender o mundo, é necessário compreender o lugar no qual se está inserido no mundo.

3 - Manter Relação Dialógica com os Alunos e outros alunos:

O diálogo permanente entre os alunos é um fator de suma relevância na construção do pensamento, pois a partir da linguagem se estabelece a materialidade do pensamento e através do confronto de idéias que se estabelece o novo, um novo conceito criado e recriado em sala de aula e aplicável a vida cotidiana dos alunos, compreendendo e dando um real significado a este novo conhecimento produzido e com a construção de novas visões, recriá-los e dar-lhes um novo significado constantemente, construindo desta forma um novo espaço de constante aprendizado, através da construção e desconstrução qualitativa de conceitos.

4 - Promover auto-reflexão e sócio-reflexão dos alunos:

Este método se torna relevante na formação de sujeitos críticos e interventores na sociedade. O trabalho consiste em “propiciar atividades no ensino que estimulem a auto-reflexão e o controle deliberado do pensamento, desenvolvendo assim as funções da atenção, da percepção, da memória”. CAVALCANTI (2000) p.162 -163.

Sob a mediação do professor, atividades são criadas e discutidas no coletivo em ambiente escolar, propiciando reflexões sobre as atividades propostas, deixando sempre algo ainda para ser discutido em sala de aula ou na particularidade do lar ou de uma amizade dentro e fora do ambiente escolar: este movimento é o de auto-reflexão. Neste sentido a auto-reflexão não é apenas um movimento próprio do aluno, é algo constante na boa prática do professor, para que este não caia no erro de simplificação da compreensão do espaço e de suas relações. E ainda a sócio-reflexão quando se divide os anseios com o outro envolvido diretamente ou não neste processo na busca de sanar as dúvidas criadas no desenvolver do pensamento originado na sala de aula.

Não Considerando Um Final

Não saber alguma coisa
é um estágio intermediário
para um novo conhecimento”
Jostein Gaarder

O objetivo deste artigo não foi o de propor modelos de superação didáticas, curriculares e conceituais, mas trazer as discussões que se encontram tangenciando este assunto e contribuir para futuros debates e fortalecimento deste diálogo no ensino mais crítico da Geografia.

Embora a Geografia exista em um espaço de permanente mudança de conceitos e paradigmas, os conteúdos analisados, o posicionamento de determinados autores, e instituições de ensino continuam por reproduzir modelos de aprendizagem que produzem formas de pensamento distorcidas da realidade social dos discentes, o que se torna muito perigoso, pois, reafirma o discurso hegemônico de uma pequena parcela da sociedade e produz a alienação de uma grande maioria.

As diferentes formas de abordagem da ciência geográfica nos livros didáticos emergem enquanto questão fundamental na compreensão acerca do processo de ensino-aprendizagem também em sala de aula, já que a Geografia, enquanto uma forma de ver o mundo, um olhar geográfico, serve, além de fazer a guerra, para uma proposta de emancipação social, auxiliando nas formas de percepção e atuação do educando (e também do educador) na realidade. Nesse sentido o docente, compreendendo as formas de construção do conhecimento pelos educandos, pode auxiliar num “enxergar” para além da materialidade, para além do concreto.

A não Consideração de um final neste trabalho dá-se ao fato de deixarmos ainda muita coisa a ser pesquisada, tanto pela dupla que elaborou a pesquisa, tanto pelo próprio desenrolar deste tema onde deixamos ainda muitas possibilidades a serem discutidas. Esperamos ter alcançado o objetivo de tornar mais evidentes algumas contradições do ensino.

Bibliografia

BELTRAME, Victorello, Z. Geografia Ativa – O Espaço Mundial: Contrastes e Mudanças, volume 4 – os Países do Norte. Editora Ática, São Paulo, SP, 1998.

CASTELAR, S. e **MAESTRO**, V. “Geografia – Leitura Cartográfica, Território Brasileiro: Ocupação, Formação, População.” 6ª série. Ed. Quinteto Editorial. 2001.

CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e construção de Conhecimentos. Papirus: Campinas- S.P.1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997(Coleção Leitura).

GEORGE, P. Problemas, doutrina e método. In George e outros. A Geografia Ativa. P.9-40. S.P DIFEL.1975.

LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. Papirus Ed.: São Paulo – SP,1988.

KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia a dia. In: **CASTROGIOVANI, C.** Callai, H.C.; Schaffer, N.O.(Orgs.). Geografia em sala de aula – Práticas e reflexões. Porto Alegre. P.13-25. 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais, História e Geografia no Ensino Fundamental. Brasília – DF.1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert de (2000). Geografia e Ideologia nos Currículos do 1º grau. In Barreto, Elba S.S.(org). Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas – SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p.163-192.

MOREIRA, Ruy. O discurso do Avesso (Para a crítica da Geografia que se ensina). Dois Pontos: RJ.1987.

OLIVEIRA, Marlene Macário de. A geografia Escolar: Reflexões sobre o processo didático - pedagógico do ensino. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº 02, p.10-24. Jun/2006.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Para ensinar e aprender geografia. In: Nídia Nacib Pontuschka, Tomoko Iyda Paganelli, Núria Hanglei Cacete. 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção docência em Formação. Série ensino Fundamental).

VLACH, Vânia R. & LIMA, M. Geografia escolar: Relações e Representações da Prática Social. Caminhos de Geografia – Revista On-line Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geografia-UFU. P.44-51. Fev/2002.

YGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WEISZ, Telma e SANCHES, Ana. O diálogo Entre o Ensino e Aprendizagem. Editora Ática.2003.